

Edital 184/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
184/2024	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANA PAULA DA ROCHA FRANCO	08/07/2024 11:09 (v 8.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001303/2024-79

1. Do objeto

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90144/2024

(Processo Administrativo nº 25386.001303/2024-79)

Torna-se público que a **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**, por meio do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS)** sediado(a) Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **22/07/2024**

Horário: 09:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: **menor preço do item e menor preço do grupo.**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de CORREIAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **A licitação será composta de 09 (nove) itens isolados e 11 (onze) lotes**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4.. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações descritas no **Anexo IV** deste edital

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (Um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3.1. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade

mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, e-mail licitacao@bio.fiocruz.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365 – Bairro: Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ, seção de compras nacionais (SECOM).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. Das disposições gerais

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços

14.11.3. ANEXO III – Termo de Contrato

14.11.4. ANEXO IV - Especificação Complementar

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo de Referencia - Sigiloso.pdf (836.25 KB)
- Anexo II - Ata de Registro de Precos.pdf (117.25 KB)
- Anexo III - Termo de Contrato.pdf (131.89 KB)
- Anexo IV - Especificacao complementar - CORREIAS.pdf (292.15 KB)

Anexo I - Termo de Referencia - Sigiloso.pdf

TR - Aquisição de Correias 128/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
128/2024	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANA PAULA DA ROCHA FRANCO	20/06/2024 16:30 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001303/2024-79

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de CORREIAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE 01:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
1	35725	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26;714MM;APL FANCOIL	UN	35
2	35726	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-27;739MM	UN	30
52	38069	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-16;437MM;APL FANCOIL	UN	25
53	38071	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-22;612MM;APL FANCOIL	UN	30
54	38072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-24;663MM;APL FANCOIL	UN	25
56	38417	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-23;638MM;APL FANCOIL	UN	30
57	38418	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-25;688MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 02:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
3	35732	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-38;1019MM	UN	30
4	35739	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-39;1044MM;APL FANCOIL	UN	30
45	37220	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-31;841MM;APL FANCOIL	UN	25
46	37221	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-34;917MM;APL FANCOIL	UN	30
47	37222	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-32;866MM;APL FANCOIL	UN	30
55	38074	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-35;942MM;APL FANCOIL	UN	25

LOTE 03:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
5	35740	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-40;1069;APL FANCOIL	UN	25
6	35741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-41;1095	UN	10
7	35742	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-42;1120;APL FANCOIL	UN	6
8	35743	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-43;1146MM;APL FANCOIL	UN	30

9	35744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-44;1171MM;APL FANCOIL	UN	30
10	35745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45;1196MM;APL FANCOIL	UN	48
11	35746	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-46;1222MM;APL FANCOIL	UN	30
12	35748	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-48;1273MM;APL FANCOIL	UN	30
13	35749	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-49;1298MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 04:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
14	35750	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-50;1323MM;APL FANCOIL	UN	30
15	35751	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-53;1400MM;APL FANCOIL	UN	30
16	35752	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-54;1425MM;APL FANCOIL	UN	10
17	35753	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-55;1450MM;APL FANCOIL	UN	30
18	35754	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-57;1501MM;APL FANCOIL	UN	30
19	35755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-58;1527MM;FANCOIL	UN	30
58	38419	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-51;1349MM;APL FANCOIL	UN	25
59	38420	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-52;1374MM;APL FANCOIL	UN	25
60	38421	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-56;1476MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 05:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
20	35758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-60;1557MM;FANCOIL	UN	30
21	35760	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-62;1628MM;APL FANCOIL	UN	30
22	35762	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-67;1755MM;APL FANCOIL	UN	30
23	35763	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-68;1781MM;APL FANCOIL	UN	30
48	37223	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-63;1654MM;APL FANCOIL	UN	30
49	37224	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-64;1679MM;APL FANCOIL	UN	30
61	38422	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-65;1704MM;APL FANCOIL	UN	25

LOTE 06:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
24	35765	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-79;2060MM;APL FANCOIL	UN	15
25	35766	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-80;2085MM;APL FANCOIL	UN	30
26	35768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-89;2314MM;APL FANCOIL	UN	20
62	38424	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-70;1831MM;APL FANCOIL	UN	30
63	38425	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-71;1857MM;APL FANCOIL	UN	30
64	38436	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-84;2187MM;APL FANCOIL	UN	30
65	38448	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-99;2568MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 07:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
27	35790	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-60;1598MM;APL FANCOIL	UN	2
28	35795	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-71;1877MM;APL FANCOIL	UN	5
66	39741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-25;709MM;APL FANCOIL	UN	30
67	39744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-32;886MM;APL FANCOIL	UN	30
68	39745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-33;912MM;APL FANCOIL	UN	30
70	39758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-61;1623MM;APL FANCOIL	UN	30
71	39764	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-72;1902MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 08:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
29	35803	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-80; 2106MM; APL FANCOIL	UN	30
30	35805	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-85; 2233MM; APL FANCOIL	UN	30
31	35810	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-100; 2614MM; APL FANCOIL	UN	30
72	39767	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-81; 2131MM; APL FANCOIL	UN	30
73	39768	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-82; 2156MM; APL FANCOIL	UN	30
74	39821	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-93; 2436MM; APL FANCOIL	UN	30
75	39825	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-99; 2588MM; APL FANCOIL	UN	30

LOTE 09:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
32	35818	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V1320; 3353MM; APL FANCOIL	UN	30
34	35821	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V265; 673MM; APL FANCOIL	UN	30
35	35822	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V280; 711MM; APL FANCOIL	UN	30
36	35823	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V300; 762MM; APL FANCOIL	UN	30
37	35824	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V315; 800MM; APL FANCOIL	UN	30
38	35825	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V335; 851MM; APL FANCOIL	UN	30
39	35827	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V375; 953MM; APL FANCOIL	UN	30
40	35828	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V400; 1016MM; APL FANCOIL	UN	10
41	35829	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V425; 1080MM; APL FANCOIL	UN	20

LOTE 10:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
43	35837	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3VX; 3VX 375; 953MM; APL FANCOIL	UN	10
50	37227	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3VX; 3VX400; 1016MM; APL FANCOIL	UN	30

LOTE 11:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
79	56378	CORREIA, SINCRONIZADORA; PU; 225L; 6MM	UN	18
80	56380	CORREIA, SINCRONIZADORA; PU; 187L; 6MM	UN	60

ITENS:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
33	35820	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V250; 635MM; APL FANCOIL	UN	30
42	35834	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 5V; 5V1000; 2540MM; APL FANCOIL	UN	25
44	35841	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO AX; AX45; 1173MM; APL FANCOIL	UN	15
51	37228	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 3VX; 3VX850; 2159MM; APL FANCOIL	UN	30
69	39755	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO B; B-56; 1496MM; APL FANCOIL	UN	30
76	39987	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO 5VX; 5VX600; 1524MM; APL FANCOIL	UN	30
77	42290	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO SUPER HC; 3VX-630; APL TORRE 16/17	UN	30
78	49072	CORREIA, TRAPEZOIDAL; TIPO-3V; 3V290; 737MM; APL FAC130	UN	10
81	59471	CORREIA, TRAPEZOIDAL; V; DENTADA; 3VX630	UN	1

OBS: Considerando a escassez dos códigos do CATSER/CATMAT no PORTAL DE COMPRAS DA UNIÃO com descritivos idênticos aos especificados no Termo de Referência, em anexo, as LICITANTES deverão considerar para efeito de cadastro de proposta, lances e, SAGRANDO-SE VENCEDORA, PARA A ENTREGA DO MATERIAL

conforme as especificidades do Termo de Referência e Informações Complementares que constarão em forma de anexo no edital.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados a partir do pedido da FIOCRUZ/BIO-MANGUINHOS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Os itens constantes nessa aquisição estão previstos no Plano de Contratações Anual 2024, de acordo com a IN /SEGES 20/2022.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução especificada e que se pretende adquirir, adequa-se a necessidade de manter em operação todo o parque Fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, Bio-Manguinhos, assim como, seus projetos e os laboratórios nos quais são realizadas as análises físico-químicas e estudos.

Acredita-se que este modelo, já utilizado, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Em consulta ao Guia Prático de Licitações Sustentáveis da AGU, bem como ao sítio Compras Governamentais, não encontramos quaisquer critérios de sustentabilidade que se apliquem aos produtos aqui pretendidos.

Subcontratação:

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4.3.1. A administração avaliou que os objetos desta aquisição não são complexos e enquadram-se na classificação de bens comuns. Por esse motivo, optou pela não exigência da garantia contratual uma vez que aumentaria o valor contratado.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (Trinta) dias, contados a partir do pedido da FIOCRUZ/BIO-MANGUINHOS, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, em remessa única, a cada pedido formulado pela contratante, cujo recebimento deverá ser formalmente confirmado pela contratada no prazo de até 02 (dois) dias.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00. As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através dos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

5.4. **Todas as demais condições de entrega estarão descritas no edital em forma de anexo.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 09 (nove) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 4 (quatro) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária. Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativa do valor da contratação

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023)

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Valor Estimado da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A decisão de manter o orçamento em sigilo se justifica pela busca de apresentação das propostas dos Licitantes em consonância com o preço praticado no mercado e por entender que um possível orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à Administração Pública]

11. Adequação Orçamentária.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 254432;

II) Fonte de Recursos: 1002000000;

III) Programa de Trabalho: 10305512320YE0001;

IV) Elemento de Despesa:339030;

V) Plano Interno: 234040

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Gerente do Departamento de Logística

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP592_2024.pdf (654.53 KB)

Anexo I - ETP592_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 592/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25386.001303/2024-79

2. Descrição da necessidade

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz vem investindo na ampliação do seu parque industrial, vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, bem como na área de desenvolvimento tecnológico de novos produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto na saúde pública do país. As linhas de atuação de Desenvolvimento Tecnológica e Inovação são definidas a partir de critérios como: situação epidemiológica do país, demanda definida pelos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto, projeção tecnológica, viabilidade econômica e existência de capacidade científica e tecnológica e de financiamento e gerenciamento.

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. Os itens códigos ERP 35725, 35726, 35732, 35739, 35740, 35741, 35742, 35743, 35744, 35745, 35746, 35748, 35749, 35750, 35751, 35752, 35753, 35754, 35755, 35758, 35760, 35762, 35763, 35765, 35766, 35768, 35790, 35795, 35803, 35805, 35810, 35818, 35820, 35821, 35822, 35823, 35824, 35825, 35827, 35828, 35829, 35834, 35837, 35841, 37220, 37221, 37222, 37223, 37224, 37227, 37228, 38069, 38071, 38072, 38074, 38417, 38418, 38419, 38420, 38421, 38422, 38424, 38425, 38436, 38448, 39741, 39744, 39745, 39755, 39758, 39764, 39767, 39768, 39821, 39825, 39987, 42290, 49072, 56378, 56380 e 59471 constam do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

Pedidos de compras nº 192774, 192889, 192754 e 193531

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos obrigatoriamente deve cumprir regulamentos e utilizar procedimentos operacionais padrão, de forma a garantir a incolumidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, devendo cumprir os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Seguindo essa linha, diante da necessidade de operar e manter preventivamente e corretivamente os equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e nossas instalações industriais fabris, localizados no Campus da Fiocruz em Manguinhos/Rio de Janeiro – RJ, Instituto Bio-Manguinhos com objetivo de atender às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, por intermédio de seu Departamento de Manutenção, desenvolve anualmente o planejamento de todas as demandas necessárias dos materiais de consumo/componentes e permanentes a serem utilizados adquiridos para manter operacional, garantir a disponibilidade e o prolongando a vida útil de todos os ativos da fábrica.

Ainda, tais demandas de operação e manutenção além de constarem no Planejamento Anual Orçamentário da Unidade, estão associadas diretamente às iniciativas estratégicas firmadas e ratificam com a missão do Instituto, que é contribuir para a melhoria dos padrões de Saúde Pública Brasileira, por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de

Imunobiológicos, Biofármacos, Reagentes para Diagnósticos e prestação de serviços para atender prioritariamente às demandas de saúde do país.

Neste sentido, em decorrência das nossas características técnicas industriais de instalações, muitos de nossos equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e instalações industriais sofrem com um maior desgaste de sua vida útil, seja por seu uso rotineiro ou ligado diretamente aos processos de produção, aonde recomenda-se por meio de planos de manutenções e/ou direcionados pelo manual do fabricante, a substituição de alguns materiais de consumo /componentes durante a realização das manutenções preventivas programadas, muitos com periodicidade semestral.

Neste contexto, e corroborando com a necessidade do Planejamento Anual Orçamentário da Unidade em projetar as demandas existentes, atualmente dispomos de aproximadamente 4.900m² (quatro mil e novecentos) metros quadrados de área de produção com classificação em Grau “B” ou “C” de edificação construída para operar e manter em condições de utilização, e um ativo de equipamentos/sistemas e supervisórios de aproximadamente 10.777 (dez mil e setecentos e setenta e sete) para operar e manter também, sendo que destes, 5.371 (cinco mil, trezentos e setenta e um) equivalente Utilidades e 5.406 (cinco mil, quatrocentos e seis) ligados diretamente aos processos de Linhas de Produção Industrial e Controle de Qualidade, com o objetivo da produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos que devem seguir o exposto na RDC nº 658/2022 da ANVISA.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções em nossas Linhas de Produção Industrial /Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, aonde as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das nossas atividades, servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, consequentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Sendo assim, justificamos tecnicamente a aquisição dos itens 35725, 35726, 35732, 35739, 35740, 35741, 35742, 35743, 35744, 35745, 35746, 35748, 35749, 35750, 35751, 35752, 35753, 35834, 37220, 37221, 37222, 38069, 38071, 38072, 38074, 38417, 38418, 38419, 38420, 39987, 35754, 35755, 35758, 35760, 35762, 35763, 35765, 35766, 35768, 35790, 35795, 35803, 35805, 35810, 35841, 37223, 37224, 38421, 38422, 38424, 38425, 38436, 38448, 39741, 39744, 39745, 39755, 39758, 39764, 39767, 39768, 39821, 39825, 49072, 35818, 35820, 35821, 35822, 35823, 35824, 35825, 35827, 35828, 35829, 35837, 37227, 37228, 42290 e 59471, para futuros atendimentos de Ordens de Manutenção, que tem como objetivo restabelecer os Sistemas de Refrigeração e Mecânicos Bio-Manguinhos nos modelos e referências indicadas, e informamos que são os únicos que atendem aos interesses dessa Administração, aonde suas características técnicas de dimensão/voltagem possibilitará realizar as manutenções do que temos ativo e em operação no Parque Fabril, sem que tenhamos que realizar paradas longas para novas adaptações mecânicas/elétricas, remoção de máquinas de áreas controladas e solicitações de mudanças para registro das alterações de fábrica, e o principal, na liberação e restabelecimento da área sem impacto em nossos processos de entrega dos produtos ao Ministério da Saúde.

Da empregabilidade, declaramos que os componentes serão aplicados exclusivamente para realização da recuperação e conservação dos equipamentos ligados ao controle de qualidade pertencentes a Bio-Manguinhos descritas acima, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos

materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das instalações industriais.

Pedido de compra nº 189436

O item 35745 será utilizado nos DIVERSOS EQUIPAMENTOS ligados as Linhas de Produção Industrial/Utilidades em operação com o objetivo de manter operacional, garantindo a disponibilidade e prolongando a vida útil das mesmas. Ainda, em decorrência de suas características técnicas, sofrem desgaste natural de sua vida útil por uso, onde é recomendado pelo fabricante a substituição durante as manutenções preventivas programadas com periodicidade semestral.

Corroborando com as aquisições, fazem-se necessárias devido à elevada quantidade de equipamentos existentes operacionais a serem mantidos, que em caso de quebra ocasionarão a parada parcial ou total das respectivas atividades de fabricação e no cumprimento de entregas de insumos estratégicos ao Ministério da Saúde. Logo, a falta desse material de consumo /componente de imediato implicará na demora do restabelecimento nas condições de Boas Práticas de Fabricação das áreas de produção, podendo afetar uma não conformidade nos produtos e matérias primas.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções nos Equipamentos ligados as Linhas de Produção Industrial/Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, pondo em risco, inclusive, a Saúde da população/sociedade.

Ainda, as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das atividades de seus servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, conseqüentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Anteposto, do objetivo da aplicação materiais de consumo/componente, visam proporcionar mecanismos necessários para a realização das manutenções que fazem-se necessárias, logrando evitar acidentes ou transtornos relacionados ao uso contínuo, além de prolongar a vida útil e gerar condições adequadas. Da empregabilidade, os mesmos serão aplicados exclusivamente para realização dos serviços de manutenções preventivas e corretivas, recuperação e conservação nas instalações prediais pertencentes a Bio-Manguinhos, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das instalações prediais.

Sendo assim, justificamos a aquisição dos componentes em questão, nos modelos e referências indicadas, uma vez que serão necessários para utilização na conservação do patrimônio público acima descritos, e no bom andamento das atividades finalísticas desenvolvidas nestas dependências.

Pedido de compra nº 189025

Os itens 56378 e 56380 serão utilizados em diversos equipamentos em operação com o objetivo de manter operacional, garantindo a disponibilidade e prolongando a vida útil das nossas Linhas de Produção Industrial/Utilidades. Ainda, em decorrência de suas características técnicas, sofrem desgaste natural de sua vida útil por uso, onde é recomendado pelo fabricante a substituição durante as manutenções preventivas programadas com periodicidade semestral.

Corroborando com as aquisições, fazem-se necessárias devido à elevada quantidade Equipamentos Industriais e/ou Utilidades existentes operacionais a serem mantidos, que em caso de quebra ocasionarão a parada parcial ou total das respectivas atividades de fabricação e no cumprimento de entregas de insumos estratégicos ao Ministério da Saúde. Logo, a falta desses materiais de consumo/componentes de imediato implicará na demora do restabelecimento nas condições de Boas Práticas de Fabricação das áreas de produção, podendo afetar uma não conformidade nos produtos e matérias primas.

Diante do exposto acima, justifica-se as aquisições, com as medidas físicas definidas nos referidos cadastros técnicos, não havendo assim a necessidade de realização de adaptações de infraestrutura na instalação atual, concatenando na implementação de novos componentes para adequações deles, onde poderá resultar na alteração do projeto original e exigindo com isso nova adequação na infraestrutura operacional no Parque Fabril.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEMAN	MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado levantamento de soluções do mercado junto a diversos fornecedores e sites públicos. Os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização também foram levados em conta.

6. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1.
- 1.1. Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;
- b. *Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);*
- c. *Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;*
- d. *Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;*
- e. *Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.*

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

1.
- 1.1. Estimativa da quantidade a ser contratada:

Pedido	Código	Material / Serviço	Qtd	Unidades
192774	35725	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26; 714MM;APL FANCOIL	35	UN
192774	35726	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-27; 739MM	30	UN
192774	35732	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-38; 1019MM	30	UN

192774	35739	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-39; 1044MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35740	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-40; 1069;APL FANCOIL	25	UN
192774	35741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-41; 1095	10	UN
192774	35742	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-42; 1120;APL FANCOIL	6	UN
192774	35743	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-43; 1146MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-44; 1171MM;APL FANCOIL	30	UN
189436	35745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45; 1196MM;APL FANCOIL	18	UN
192774	35745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45; 1196MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35746	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-46; 1222MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35748	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-48; 1273MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35749	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-49; 1298MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35750	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-50; 1323MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35751	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-53; 1400MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	35752	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-54; 1425MM;APL FANCOIL	10	UN
192774	35753	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-55; 1450MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35754	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-57; 1501MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-58; 1527MM;FANCOIL	30	UN
192889	35758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-60; 1557MM;FANCOIL	30	UN
192889	35760	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-62; 1628MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35762	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-67; 1755MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35763	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-68; 1781MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35765	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-79; 2060MM;APL FANCOIL	15	UN
192889	35766	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-80; 2085MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-89; 2314MM;APL FANCOIL	20	UN
192889	35790	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-60; 1598MM;APL FANCOIL	2	UN
192889	35795	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-71; 1877MM;APL FANCOIL	5	UN
		CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-80;		

192889	35803	2106MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35805	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-85; 2233MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	35810	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B- 100;2614MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35818	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V1320;3353MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35820	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V250;635MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35821	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V265;673MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35822	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V280;711MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35823	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V300;762MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35824	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V315;800MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35825	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V335;851MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35827	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V375;953MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	35828	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V400;1016M;APL FANCOIL	10	UN
192754	35829	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V; 3V425;1080M;APL FANCOIL	20	UN
192774	35834	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5V; 5V1000;2540MM;APL FANCOIL	25	UN
192754	35837	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX; 3VX 375;953MM;APL FANCOIL	10	UN
192889	35841	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO AX; AX45;1173MM;APL FANCOIL	15	UN
192774	37220	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-31; 841MM;APL FANCOIL	25	UN
192774	37221	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-34; 917MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	37222	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-32; 866MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	37223	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-63; 1654MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	37224	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-64; 1679MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	37227	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX; 3VX400;1016MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	37228	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX; 3VX850;2159MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	38069	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-16; 437MM;APL FANCOIL	25	UN
192774	38071	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-22; 612MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	38072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-24; 663MM;APL FANCOIL	25	UN
192774	38074	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-35; 942MM;APL FANCOIL	25	UN

192774	38417	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-23; 638MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	38418	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-25; 688MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	38419	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-51; 1349MM;APL FANCOIL	25	UN
192774	38420	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-52; 1374MM;APL FANCOIL	25	UN
192889	38421	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-56; 1476MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	38422	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-65; 1704MM;APL FANCOIL	25	UN
192889	38424	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-70; 1831MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	38425	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-71; 1857MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	38436	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-84; 2187MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	38448	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-99; 2568MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-25; 709MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-32; 886MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-33; 912MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-56; 1496MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-61; 1623MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39764	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-72; 1902MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39767	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-81; 2131MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-82; 2156MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39821	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-93; 2436MM;APL FANCOIL	30	UN
192889	39825	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-99; 2588MM;APL FANCOIL	30	UN
192774	39987	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5VX; 5VX600;1524MM;APL FANCOIL	30	UN
192754	42290	CORREIA,TRAPEZOIDAL, TIPO SUPER HC;3VX-630;APL TORRE 16/17	30	UN
192889	49072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO-3V; 3V290;737MM;APL FAC130	10	UN
189025	56378	CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;225L; 6MM	18	UN
189025	56380	CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;187L; 6MM	60	UN
193531	59471	CORREIA,TRAPEZOIDAL;V;DENTADA; 3VX630	1	UN

7. Descrição da solução como um todo

A solução especificada e que se pretende adquirir, adequa-se a necessidade de manter em operação todo o parque Fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, assim como, seus projetos e os Laboratórios nos quais são realizadas as análises físicoquímicas e estudos. Acredita-se que este modelo, já utilizado, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 61.050,18

O valor dessa contratação está estimado em R\$ 61.050,18 (Sessenta e um mil, cinquenta reais e dezoito centavos).

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade/aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Informamos que a definição quanto ao parcelamento ou não da solução será realizada na fase interna da licitação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens estão previstos no PGC da unidade para 2024.

A demanda constante neste documento estará contemplada no Plano Anual de Contratações da Fiocruz – PAC 2024, estão devidamente registrados no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000005/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

Id do item no PCA	Classe	Grupo	Identificador da Futura Contratação
93	3110	ROLAMENTOS ANTIFRICÇÃO NÃO MONTADOS	254445-90001/2023
84	3030	CORREAME, CORREIAS DE TRANSMISSÃO, CORREIAS DOS VENTILADORESE ACESSÓRIOS	254445-90001/2023

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

13. Possíveis Impactos Ambientais

No que tange aos possíveis impactos ambientais, conforme estabelecido nos requisitos para aquisição sustentável, é recomendável que a Contratada adote práticas que minimizem tais impactos em seu processo produtivo. Nesse sentido, sugere-se a utilização de máquinas que reduzam a geração de resíduos industriais ou que apresentem menor consumo de água e energia. Adicionalmente, é recomendável que a Contratada opte por embalagens compactas e recicláveis, ou que estejam sujeitas a processos de logística reversa.

No âmbito legal, o cumprimento deste requisito está respaldado pela Lei nº 14.133, de 2021, e suas atualizações, bem como pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

A comprovação do atendimento a este requisito deve ser realizada mediante a apresentação de laudo emitido pelo próprio fabricante, por Instituição Oficial Competente, ou por Entidade Credenciada. Tal documentação técnica deverá ser entregue durante a fase de aferição do processo de aquisição.

No caso de impossibilidade de adoção do requisito sustentável solicitado, ou sua não disponibilidade por parte do fornecedor, é necessário que este apresente justificativa técnica fundamentada para tal decisão.

Este procedimento visa garantir o cumprimento das disposições legais e a promoção de práticas ambientalmente responsáveis no âmbito das aquisições públicas.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE DE CAMPOS FRANCA

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_3669872_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marca_189025.pdf (58.26 KB)
- Anexo II - SEI_3670382_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marca_189436.pdf (66.16 KB)
- Anexo III - SEI_3846746_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marca_192774.pdf (69.03 KB)
- Anexo IV - SEI_3846807_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marca_192754.pdf (66.76 KB)
- Anexo V - SEI_3851916_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marca_192889.pdf (67.83 KB)
- Anexo VI - SEI_3870402_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marca_193531.pdf (70.16 KB)

**Anexo I -
SEI_3669872_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marc
pdf**



JUSTIFICATIVA

PEDIDO DE COMPRA Nº 189025

56378	CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;225L;6MM
56380	CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;187L;6MM

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos desenvolveu o planejamento para a aquisição de materiais de consumo/componentes visando atender as demandas de manutenções preventivas e corretivas de nossas linhas de Produção Industrial/Utilidades. Elas constam no Planejamento Anual Orçamentário que estão associados às iniciativas estratégicas da unidade.

Todos os materiais de consumo/componentes em epígrafe serão utilizados em diversos equipamentos em operação com o objetivo de manter operacional, garantindo a disponibilidade e prolongando a vida útil das nossas Linhas de Produção Industrial/Utilidades. Ainda, em decorrência de suas características técnicas, sofrem desgaste natural de sua vida útil por uso, onde é recomendado pelo fabricante a substituição durante as manutenções preventivas programadas com periodicidade semestral.

Corroborando com as aquisições, fazem-se necessárias devido à elevada quantidade Equipamentos Industriais e/ou Utilidades existentes operacionais a serem mantidos, que em caso de quebra ocasionarão a parada parcial ou total das respectivas atividades de fabricação e no cumprimento de entregas de insumos estratégicos ao Ministério da Saúde. Logo, a falta desses materiais de consumo/componentes de imediato implicará na demora do restabelecimento nas condições de Boas Práticas de Fabricação das áreas de produção, podendo afetar uma não conformidade nos produtos e matérias primas.

Diante do exposto acima, justifica-se as aquisições, com as medidas físicas definidas nos referidos cadastros técnicos, não havendo assim a necessidade de realização de adaptações de infraestrutura na instalação atual, concatenando na implementação de novos componentes para adequações deles, onde poderá resultar na alteração do projeto original e exigindo com isso nova adequação na infraestrutura operacional no Parque Fabril.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Campos França, Tecnologista em Saúde Pública**, em 14/03/2024, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE CARNEIRO MENEZES, Chefe de Seção**, em 05/04/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3669872** e o código CRC **68819FBF**.

Referência: Processo nº 25386.001806/2023-63

SEI nº 3669872

**Anexo II -
SEI_3670382_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marc
pdf**



JUSTIFICATIVA

PEDIDO DE COMPRA Nº 189436

26174	ARRUELA,LISA;FERRO GALVANIZADO;5/8
35745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45;1196MM;APL FANCOIL
36570	VALVULA,ESFERA;TRIPARTIDA;METAL;1
37011	VALVULA,ESFERA;TRIPARTIDA;METAL;1/2
37037	TELHA;GALVANIZADA;2,20X1,26M
37098	GRELHA,RETORNO;600MMX400MM;TIPO RHT
50590	RODIZIO,GIRATORIO;ESPIGA;AI,S/FREIO;RODA,NYLON,4
50729	ARRUELA,LISA;AI;Ø1/4
51193	RODIZIO,GIRATORIO;INOX;ESPIGA,3/8;C/FREIO;3;APL CARRINHO
44339	RODIZIO,GIRATORIO;150KG;NYLON;3;AI304;SEM FREIO
45235	CHAPA;ACO-INOX;304;1/8;2000X1200MM
45302	LUVA;SOLDA-ROSCA;ACO-CARBONO;1/2;APL CHI045
45305	VALVULA,ESFERA;TRIPARTIDA;ACO-CARBONO;1/2;APL CHI045
45488	NIPLE;FERRO-GALVANIZADO;1.1/2;APL FAC234
4641	ANEL VEDAÇÃO;TRI-CLAMP;EM PTFE;OD 1
37102	TUBO,FERRO;GALVANIZADO;1.1/2
39182	BUCHA,PLASTICA;NYLON;S7;7X30MM;PT 150UN
39247	JOELHO;FERRO;GALVANIZADO;90°;1/2
39251	JOELHO;FERRO GALVANIZADO;90°;1.1/2
39528	VALVULA,BORBOLETA;WAFER;3;FERRO FUNDIDO;VOLANTE;4 FUROS

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos desenvolveu o planejamento para a aquisição de materiais de consumo/componentes visando atender as demandas de manutenções preventivas e corretivas de nossas linhas de Produção Industrial/Utilidades. Elas constam no Planejamento Anual Orçamentário que estão associados às iniciativas estratégicas da unidade.

Todos os materiais de consumo/componentes em epígrafe serão utilizados nos DIVERSOS EQUIPAMENTOS ligados as Linhas de Produção Industrial/Utilidades em operação com o objetivo de manter operacional, garantindo a disponibilidade e prolongando a vida útil das mesmas. Ainda, em decorrência de suas características técnicas, sofrem desgaste natural de sua vida útil por uso, onde é recomendado pelo fabricante a substituição durante as manutenções preventivas programadas com periodicidade semestral.

Corroborando com as aquisições, fazem-se necessárias devido à elevada quantidade de equipamentos existentes operacionais a serem mantidos, que em caso de quebra ocasionarão a parada parcial ou total das respectivas atividades de fabricação e no cumprimento de entregas de insumos estratégicos ao Ministério da Saúde. Logo, a falta desses materiais de consumo/componentes de imediato implicará na demora do restabelecimento nas condições de Boas Práticas de Fabricação das áreas de produção, podendo afetar uma não conformidade nos produtos e matérias primas.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções nos Equipamentos ligados as Linhas de Produção Industrial/Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, pondo em risco, inclusive, a Saúde da população/sociedade.

Ainda, as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das atividades de seus servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, consequentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Anteposto, do objetivo da aplicação materiais de consumo/componentes, visam proporcionar mecanismos necessários para a realização das manutenções que fazem-se necessárias, logrando evitar acidentes ou transtornos relacionados ao uso contínuo, além de prolongar a vida útil e gerar condições adequadas. Da empregabilidade, os mesmos serão aplicados exclusivamente para realização dos serviços de manutenções preventivas e corretivas, recuperação e conservação nas instalações prediais pertencentes a Bio-Manguinhos, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das instalações prediais.

Sendo assim, justificamos a aquisição dos componentes em questão, nos modelos e referências indicadas, uma vez que serão necessários para utilização na conservação do patrimônio público acima descritos, e no bom andamento das atividades finalísticas desenvolvidas nestas dependências.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO RAMOS DA ROCHA, Prestador de Serviço** CPF: **044.353.597-31**, em 12/03/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, Fiscal de Contrato**, em 13/03/2024, às 22:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3670382** e o código CRC **9FCDD0BC**.

Referência: Processo nº 25386.001806/2023-63

SEI nº 3670382

**Anexo III -
SEI_3846746_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marc
pdf**



JUSTIFICATIVA

PEDIDO DE COMPRA Nº 192774/2024.

REF.:

Item	Descrição
35834	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5V;5V1000;2540MM;APL FANCOIL
39987	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5VX;5VX600;1524MM;APL FANCOIL
38069	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-16;437MM;APL FANCOIL
38071	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-22;612MM;APL FANCOIL
38417	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-23;638MM;APL FANCOIL
38072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-24;663MM;APL FANCOIL
38418	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-25;688MM;APL FANCOIL
35725	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26;714MM;APL FANCOIL
35726	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-27;739MM
37220	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-31;841MM;APL FANCOIL
37222	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-32;866MM;APL FANCOIL
37221	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-34;917MM;APL FANCOIL
38074	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-35;942MM;APL FANCOIL
35732	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-38;1019MM
35739	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-39;1044MM;APL FANCOIL
35740	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-40;1069;APL FANCOIL
35741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-41;1095
35742	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-42;1120;APL FANCOIL
35743	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-43;1146MM;APL FANCOIL
35744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-44;1171MM;APL FANCOIL

35745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45;1196MM;APL FANCOIL
35746	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-46;1222MM;APL FANCOIL
35748	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-48;1273MM;APL FANCOIL
35749	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-49;1298MM;APL FANCOIL
35750	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-50;1323MM;APL FANCOIL
38419	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-51;1349MM;APL FANCOIL
38420	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-52;1374MM;APL FANCOIL
35751	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-53;1400MM;APL FANCOIL
35752	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-54;1425MM;APL FANCOIL
35753	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-55;1450MM;APL FANCOIL

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos obrigatoriamente deve cumprir regulamentos e utilizar procedimentos operacionais padrão, de forma a garantir a incolumidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, devendo cumprir os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Seguindo essa linha, diante da necessidade de operar e manter preventivamente e corretivamente os equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e nossas instalações industriais fabris, localizados no Campus da Fiocruz em Manguinhos/Rio de Janeiro – RJ, Instituto Bio-Manguinhos com objetivo de atender às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, por intermédio de seu Departamento de Manutenção, desenvolve anualmente o planejamento de todas as demandas necessárias dos materiais de consumo/componentes e permanentes a serem utilizados adquiridos para manter operacional, garantir a disponibilidade e o prolongando a vida útil de todos os ativos da fábrica.

Ainda, tais demandas de operação e manutenção além de constarem no Planejamento Anual Orçamentário da Unidade, estão associadas diretamente às iniciativas estratégicas firmadas e ratificam com a missão do Instituto, que é contribuir para a melhoria dos padrões de Saúde Pública Brasileira, por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de Imunobiológicos, Biofármacos, Reagentes para Diagnósticos e prestação de serviços para atender prioritariamente às demandas de saúde do país.

Neste sentido, em decorrência das nossas características técnicas industriais de instalações, muitos de nossos equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e instalações industriais sofrem com um maior desgaste de sua vida útil, seja por seu uso rotineiro ou ligado diretamente aos processos de produção, aonde recomenda-se por meio de planos de manutenções e/ou direcionados pelo manual do fabricante, a substituição de alguns materiais de consumo/componentes durante a realização das manutenções preventivas programadas, muitos com periodicidade semestral.

Neste contexto, e corroborando com a necessidade do Planejamento Anual Orçamentário da Unidade em projetar as demandas existentes, atualmente dispomos de aproximadamente 4.900m² (quatro mil e

novecentos) metros quadrados de área de produção com classificação em Grau “B” ou “C” de edificação construída para operar e manter em condições de utilização, e um ativo de equipamentos/sistemas e supervisórios de aproximadamente 10.777 (dez mil e setecentos e setenta e sete) para operar e manter também, sendo que destes, 5.371 (cinco mil, trezentos e setenta e um) equivalente Utilidades e 5.406 (cinco mil, quatrocentos e seis) ligados diretamente aos processos de Linhas de Produção Industrial e Controle de Qualidade, com o objetivo da produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos que devem seguir o exposto na RDC nº 658/2022 da ANVISA.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções em nossas Linhas de Produção Industrial/Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, aonde as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das nossas atividades, servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, consequentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Sendo assim, justificamos tecnicamente a aquisição dos materiais em epígrafe, para futuros atendimentos de Ordens de Manutenção, que tem como objetivo restabelecer os Sistemas de Refrigeração e Mecânicos Bio-Manguinhos no(s) modelo(s) e referência(s) indicada(s), e informamos que o são os únicos que atendem aos interesses dessa Administração, aonde suas características técnicas de dimensão/voltagem possibilitará realizar as manutenções do que temos ativo e em operação no Parque Fabril, sem que tenhamos que realizar paradas longas para novas adaptações mecânicas/elétricas, remoção de máquinas de áreas controladas e solicitações de mudanças para registro das alterações de fábrica, e o principal, na liberação e restabelecimento da área sem impacto em nossos processos de entrega dos produtos ao Ministério da Saúde.

Da empregabilidade, declaramos que os componentes serão aplicados exclusivamente para realização da recuperação e conservação dos equipamentos ligados ao controle de qualidade pertencentes a Bio-Manguinhos descritas acima, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das instalações industriais.

Cordialmente,

Marcos Henrique Silva

SIAPE: 462423

DEMAN - Departamento de Manutenção



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JUNGER AMADEU VIDAURRE, Prestador de Serviço** CPF: **070.768.457-92**, em 13/05/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, Fiscal de Contrato**, em 13/05/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO RAIMUNDO ABRAHAO, Prestador de Serviço, CPF: 931.332.197-15**, em 24/05/2024, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3846746** e o código CRC **DD9E2563**.

Referência: Processo nº 25386.001806/2023-63

SEI nº 3846746

**Anexo IV -
SEI_3846807_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marc
pdf**



JUSTIFICATIVA

PEDIDO DE COMPRA Nº 192754/2024.

REF.:

Item	Descrição
51287	ARRUELA,LISA;ESTRUTURAL;ASTMF436;AC;3/4;APL CHILLERS
54951	ARRUELA,LISA;ACO-CARBONO;3/4;2,5MM;APL BOC164
45588	BUCHA,FIXACAO;EIXO;TIPO H 315;APL TORRE
36606	CAPACITOR;DUPLO;440V;50+5MF+/-5
23824	CONECTOR,PARAFUSO;FUNDIDO;SPLIT BOLT;120MM ² ;A=24MM-B=49MM
42290	CORREIA,TRAPEZOIDAL,TIPO SUPER HC;3VX-630;APL TORRE 16/17
35818	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V1320;3353MM;APL FANCOIL
35820	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V250;635MM;APL FANCOIL
35821	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V265;673MM;APL FANCOIL
35822	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V280;711MM;APL FANCOIL
35823	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V300;762MM;APL FANCOIL
35824	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V315;800MM;APL FANCOIL
35825	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V335;851MM;APL FANCOIL
35827	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V375;953MM;APL FANCOIL
35828	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V400;1016M;APL FANCOIL
35829	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V425;1080M;APL FANCOIL
35837	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX 375;953MM;APL FANCOIL
37227	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX400;1016MM;APL FANCOIL
37228	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX850;2159MM;APL FANCOIL

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em

Imunobiológicos - Bio-Manguinhos obrigatoriamente deve cumprir regulamentos e utilizar procedimentos operacionais padrão, de forma a garantir a incolumidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, devendo cumprir os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Seguindo essa linha, diante da necessidade de operar e manter preventivamente e corretivamente os equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e nossas instalações industriais fabris, localizados no Campus da Fiocruz em Manguinhos/Rio de Janeiro – RJ, Instituto Bio-Manguinhos com objetivo de atender às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, por intermédio de seu Departamento de Manutenção, desenvolve anualmente o planejamento de todas as demandas necessárias dos materiais de consumo/componentes e permanentes a serem utilizados adquiridos para manter operacional, garantir a disponibilidade e o prolongando a vida útil de todos os ativos da fábrica.

Ainda, tais demandas de operação e manutenção além de constarem no Planejamento Anual Orçamentário da Unidade, estão associadas diretamente às iniciativas estratégicas firmadas e ratificam com a missão do Instituto, que é contribuir para a melhoria dos padrões de Saúde Pública Brasileira, por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de Imunobiológicos, Biofármacos, Reagentes para Diagnósticos e prestação de serviços para atender prioritariamente às demandas de saúde do país.

Neste sentido, em decorrência das nossas características técnicas industriais de instalações, muitos de nossos equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e instalações industriais sofrem com um maior desgaste de sua vida útil, seja por seu uso rotineiro ou ligado diretamente aos processos de produção, aonde recomenda-se por meio de planos de manutenções e/ou direcionados pelo manual do fabricante, a substituição de alguns materiais de consumo/componentes durante a realização das manutenções preventivas programadas, muitos com periodicidade semestral.

Neste contexto, e corroborando com a necessidade do Planejamento Anual Orçamentário da Unidade em projetar as demandas existentes, atualmente dispomos de aproximadamente 4.900m² (quatro mil e novecentos) metros quadrados de área de produção com classificação em Grau “B” ou “C” de edificação construída para operar e manter em condições de utilização, e um ativo de equipamentos/sistemas e supervisórios de aproximadamente 10.777 (dez mil e setecentos e setenta e sete) para operar e manter também, sendo que destes, 5.371 (cinco mil, trezentos e setenta e um) equivalente Utilidades e 5.406 (cinco mil, quatrocentos e seis) ligados diretamente aos processos de Linhas de Produção Industrial e Controle de Qualidade, com o objetivo da produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos que devem seguir o exposto na RDC nº 658/2022 da ANVISA.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções em nossas Linhas de Produção Industrial/Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, aonde as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das nossas atividades, servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, consequentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Sendo assim, justificamos tecnicamente a aquisição dos materiais em epígrafe, para futuros atendimentos de Ordens de Manutenção, que tem como objetivo restabelecer os Sistemas de

Refrigeração e Mecânicos Bio-Manguinhos no(s) modelo(s) e referência(s) indicada(s), e informamos que o são os únicos que atendem aos interesses dessa Administração, aonde suas características técnicas de dimensão/voltagem possibilitará realizar as manutenções do que temos ativo e em operação no Parque Fabril, sem que tenhamos que realizar paradas longas para novas adaptações mecânicas/elétricas, remoção de máquinas de áreas controladas e solicitações de mudanças para registro das alterações de fábrica, e o principal, na liberação e restabelecimento da área sem impacto em nossos processos de entrega dos produtos ao Ministério da Saúde.

Da empregabilidade, declaramos que os componentes serão aplicados exclusivamente para realização da recuperação e conservação dos equipamentos ligados ao controle de qualidade pertencentes a Bio-Manguinhos descritas acima, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das instalações industriais.

Cordialmente,

Marcos Henrique Silva

SIAPE: 462423

DEMAN - Departamento de Manutenção



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JUNGER AMADEU VIDAURRE, Prestador de Serviço CPF: 070.768.457-92**, em 13/05/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, Fiscal de Contrato**, em 13/05/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO RAIMUNDO ABRAHAO, Prestador de Serviço, CPF: 931.332.197-15**, em 24/05/2024, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3846807** e o código CRC **47EF61B7**.

Referência: Processo nº 25386.001806/2023-63

SEI nº 3846807

**Anexo V -
SEI_3851916_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marc
pdf**



JUSTIFICATIVA

PEDIDO DE COMPRA Nº 192889/2024.

REF.:

Item	Descrição
38421	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-56;1476MM;APL FANCOIL
35754	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-57;1501MM;APL FANCOIL
35755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-58;1527MM;FANCOIL
35758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-60;1557MM;FANCOIL
35760	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-62;1628MM;APL FANCOIL
37223	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-63;1654MM;APL FANCOIL
37224	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-64;1679MM;APL FANCOIL
38422	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-65;1704MM;APL FANCOIL
35762	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-67;1755MM;APL FANCOIL
35763	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-68;1781MM;APL FANCOIL
38424	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-70;1831MM;APL FANCOIL
38425	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-71;1857MM;APL FANCOIL
35765	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-79;2060MM;APL FANCOIL
35766	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-80;2085MM;APL FANCOIL
38436	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-84;2187MM;APL FANCOIL
35768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-89;2314MM;APL FANCOIL
38448	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-99;2568MM;APL FANCOIL
35841	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO AX;AX45;1173MM;APL FANCOIL
35810	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-100;2614MM;APL FANCOIL
39741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-25;709MM;APL FANCOIL

39744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-32;886MM;APL FANCOIL
39745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-33;912MM;APL FANCOIL
39755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-56;1496MM;APL FANCOIL
35790	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-60;1598MM;APL FANCOIL
39758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-61;1623MM;APL FANCOIL
35795	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-71;1877MM;APL FANCOIL
39764	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-72;1902MM;APL FANCOIL
35803	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-80;2106MM;APL FANCOIL
39767	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-81;2131MM;APL FANCOIL
39768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-82;2156MM;APL FANCOIL
35805	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-85;2233MM;APL FANCOIL
39821	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-93;2436MM;APL FANCOIL
39825	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-99;2588MM;APL FANCOIL
49072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO-3V;3V290;737MM;APL FAC130

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos obrigatoriamente deve cumprir regulamentos e utilizar procedimentos operacionais padrão, de forma a garantir a incolumidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, devendo cumprir os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Seguindo essa linha, diante da necessidade de operar e manter preventivamente e corretivamente os equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e nossas instalações industriais fabris, localizados no Campus da Fiocruz em Manguinhos/Rio de Janeiro – RJ, Instituto Bio-Manguinhos com objetivo de atender às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, por intermédio de seu Departamento de Manutenção, desenvolve anualmente o planejamento de todas as demandas necessárias dos materiais de consumo/componentes e permanentes a serem utilizados adquiridos para manter operacional, garantir a disponibilidade e o prolongando a vida útil de todos os ativos da fábrica.

Ainda, tais demandas de operação e manutenção além de constarem no Planejamento Anual Orçamentário da Unidade, estão associadas diretamente às iniciativas estratégicas firmadas e ratificam com a missão do Instituto, que é contribuir para a melhoria dos padrões de Saúde Pública Brasileira, por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de Imunobiológicos, Biofármacos, Reagentes para Diagnósticos e prestação de serviços para atender prioritariamente às demandas de saúde do país.

Neste sentido, em decorrência das nossas características técnicas industriais de instalações, muitos de nossos equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e instalações industriais sofrem com um

maior desgaste de sua vida útil, seja por seu uso rotineiro ou ligado diretamente aos processos de produção, aonde recomenda-se por meio de planos de manutenções e/ou direcionados pelo manual do fabricante, a substituição de alguns materiais de consumo/componentes durante a realização das manutenções preventivas programadas, muitos com periodicidade semestral.

Neste contexto, e corroborando com a necessidade do Planejamento Anual Orçamentário da Unidade em projetar as demandas existentes, atualmente dispomos de aproximadamente 4.900m² (quatro mil e novecentos) metros quadrados de área de produção com classificação em Grau "B" ou "C" de edificação construída para operar e manter em condições de utilização, e um ativo de equipamentos/sistemas e supervisórios de aproximadamente 10.777 (dez mil e setecentos e setenta e sete) para operar e manter também, sendo que destes, 5.371 (cinco mil, trezentos e setenta e um) equivalente Utilidades e 5.406 (cinco mil, quatrocentos e seis) ligados diretamente aos processos de Linhas de Produção Industrial e Controle de Qualidade, com o objetivo da produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos que devem seguir o exposto na RDC nº 658/2022 da ANVISA.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções em nossas Linhas de Produção Industrial/Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, aonde as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das nossas atividades, servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, conseqüentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Sendo assim, justificamos tecnicamente a aquisição dos materiais em epígrafe, para futuros atendimentos de Ordens de Manutenção, que tem como objetivo restabelecer os Sistemas de Refrigeração e Mecânicos Bio-Manguinhos no(s) modelo(s) e referência(s) indicada(s), e informamos que o são os únicos que atendem aos interesses dessa Administração, aonde suas características técnicas de dimensão/voltagem possibilitará realizar as manutenções do que temos ativo e em operação no Parque Fabril, sem que tenhamos que realizar paradas longas para novas adaptações mecânicas/elétricas, remoção de máquinas de áreas controladas e solicitações de mudanças para registro das alterações de fábrica, e o principal, na liberação e restabelecimento da área sem impacto em nossos processos de entrega dos produtos ao Ministério da Saúde.

Da empregabilidade, declaramos que os componentes serão aplicados exclusivamente para realização da recuperação e conservação dos equipamentos ligados ao controle de qualidade pertencentes a Bio-Manguinhos descritas acima, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das instalações industriais.

Cordialmente,

Marcos Henrique Silva

SIAPÉ: 462423



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JUNGER AMADEU VIDAURRE, Prestador de Serviço CPF: 070.768.457-92**, em 13/05/2024, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, Fiscal de Contrato**, em 13/05/2024, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3851916** e o código CRC **E90F0A78**.

Referência: Processo nº 25386.001806/2023-63

SEI nº 3851916

**Anexo VI -
SEI_3870402_Justificativa_Material_de_Consumo_sem_Marc
pdf**



JUSTIFICATIVA

PEDIDO DE COMPRA Nº 193531/2024.

REF.:

Item	Descrição
48431	VALVULA,ESFERA;FLANGEADA;BIPARTIDA;2.1/2";150LBS
48560	RODIZIO,GIRATORIO;C/FREIO;2";NYLON;AI304;ESPIGA 3/8"X1"
55956	ANEL;ASSENTO,BORRACHA;CARTUCHO,72,3x54,6x21,5MM
57200	TUBO;ISOLANTE;ESPONJOSO;BLINDADO,BRANCO;7/8,BARRA,2M
58454	BUCHA,FIXACAO;C/ARRUELA,TRAVA;H-208;APL EXA103
58463	PARAFUSO;AUTO-ATARRAXANTE;AI;CABECA,CHATA;ESCAREADA;4,8X40MM
58482	PARAFUSO;SEXTAVADO;AI304;16-UNC;Ø3/8X4APL ABR009
58484	PORCA;SEXTAVADA;Ø7/8; AÇO INOX;APL BOC248
58944	VALVULA,ESFERA;TRIP;PP;INOX 316;BSP;3/4;300L
59471	CORREIA,TRAPEZOIDAL;V;DENTADA;3VX630
59778	PURGADOR,TERMODINAMICO;P46SRN;AÇO-INOX;3/4
59782	PARAFUSO,SEXTAVADO;BICROMATIZADO;UNC;5/8X3.1/2;P11
59792	MANCAL,FLANGE,QUADRADO;40MM;F208
59799	LUVA;FERRO;GALVANIZADO;BSP;1.1/2;150L
59800	TE,REDUCAO;90º;GALVANIZADO;BSP;1.1/2X3/4;150L
59801	PORCA,SEXTAVADA;GALVANIZADO;UNC;5/8;11F;DIN 934
59804	PURGADOR,AUTOMATICO;FINAL,LINHA;1/2BSP
59814	ELEMENTO,ELASTICO;NBR;92X23MM;APL ACOPLAMENTO AG097
60361	ROLAMENTO,RIGIDO;ESFERAS;35X17X72MM;6207-2Z/C3
60362	ROLAMENTO,RIGIDO;ESFERAS;40X23X90MM;6308-2Z/C3

60363	ARRUELA,LISA;AÇO-INOX304/A2;7/8
60459	VALVULA,BORBOLETA;TRI-EXCENTRICA;WAFER;DN6
60468	VALVULA,BORBOLETA;TRI-EXCENTRICA;WAFER;DN14
60265	KIT,ELETROBOMBA;DRENAGEM,RECIRCULACAO;LAVA/SECA;220V

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do País, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos obrigatoriamente deve cumprir regulamentos e utilizar procedimentos operacionais padrão, de forma a garantir a incolumidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, devendo cumprir os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Seguindo essa linha, diante da necessidade de operar e manter preventivamente e corretivamente os equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e nossas instalações industriais fabris, localizados no Campus da Fiocruz em Manguinhos/Rio de Janeiro – RJ, Instituto Bio-Manguinhos com objetivo de atender às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos, por intermédio de seu Departamento de Manutenção, desenvolve anualmente o planejamento de todas as demandas necessárias dos materiais de consumo/componentes e permanentes a serem utilizados adquiridos para manter operacional, garantir a disponibilidade e o prolongando a vida útil de todos os ativos da fábrica.

Ainda, tais demandas de operação e manutenção além de constarem no Planejamento Anual Orçamentário da Unidade, estão associadas diretamente às iniciativas estratégicas firmadas e ratificam com a missão do Instituto, que é contribuir para a melhoria dos padrões de Saúde Pública Brasileira, por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de Imunobiológicos, Biofármacos, Reagentes para Diagnósticos e prestação de serviços para atender prioritariamente às demandas de saúde do país.

Neste sentido, em decorrência das nossas características técnicas industriais de instalações, muitos de nossos equipamentos, sistemas de utilidades, supervisórios e instalações industriais sofrem com um maior desgaste de sua vida útil, seja por seu uso rotineiro ou ligado diretamente aos processos de produção, aonde recomenda-se por meio de planos de manutenções e/ou direcionados pelo manual do fabricante, a substituição de alguns materiais de consumo/componentes durante a realização das manutenções preventivas programadas, muitos com periodicidade semestral.

Neste contexto, e corroborando com a necessidade do Planejamento Anual Orçamentário da Unidade em projetar as demandas existentes, atualmente dispomos de aproximadamente 4.900m² (quatro mil e novecentos) metros quadrados de área de produção com classificação em Grau “B” ou “C” de edificação construída para operar e manter em condições de utilização, e um ativo de equipamentos/sistemas e supervisórios de aproximadamente 10.777 (dez mil e setecentos e setenta e sete) para operar e manter também, sendo que destes, 5.371 (cinco mil, trezentos e setenta e um) equivalente Utilidades e 5.406 (cinco mil, quatrocentos e seis) ligados diretamente aos processos de Linhas de Produção Industrial e Controle de Qualidade, com o objetivo da produção de Imunobiológicos, Biofármacos e Reativos para Diagnósticos que devem seguir o exposto na RDC nº 658/2022 da ANVISA.

Na oportunidade, reforçamos o papel das manutenções em nossas Linhas de Produção Industrial/Utilidades em questão, já que temos um rigoroso controle de qualidade, submetido a especificações e inspeções de Órgão Regulatórios, tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária -

ANVISA e a Organização Mundial de Saúde - OMS, de tal forma que a operação inadequada poderá acarretar riscos de contaminação microbiológica e também sanções regulatórias com descumprimento da nossa atividades finalísticas e o desabastecimento do Sistema Único de Saúde, aonde as execuções de manutenções em dissonância com os regulamentos e padrões dos órgãos reguladores poderá afetar diretamente a segurança dos produtos, podendo colocar em risco ao exercício das nossas atividades, servidores, colaboradores e usuários, além de comprometer as condições de classificação das áreas, ensejando, consequentemente, sanções dos órgãos reguladores.

Sendo assim, justificamos tecnicamente a aquisição dos materiais em epígrafe, para atendimento das Ordens de Manutenção nºs 100029505, 100029856, 200011287, 200013134, 200029955, 200036208, 200037846, 200037848, 200039717, 200042113, 200043327, 200046166, 200048217, 200048219, 200050737, 200052304, 200052973, 200054640, 200055836 e 200056609, que tem como objetivo restabelecer os Sistemas de Refrigeração e Mecânicos Bio-Manguinhos no(s) modelo(s) e referência(s) indicada(s), e informamos que o são os únicos que atendem aos interesses dessa Administração, aonde suas características técnicas de dimensão/voltagem possibilitará realizar as manutenções do que temos ativo e em operação no Parque Fabril, sem que tenhamos que realizar paradas longas para novas adaptações mecânicas/elétricas, remoção de máquinas de áreas controladas e solicitações de mudanças para registro das alterações de fábrica, e o principal, na liberação e restabelecimento da área sem impacto em nossos processos de entrega dos produtos ao Ministério da Saúde.

Da empregabilidade, declaramos que os componentes serão aplicados exclusivamente para realização da recuperação e conservação dos equipamentos ligados aos Sistemas Industriais de Produção e Administrativos pertencentes a Bio-Manguinhos descritos acima, garantindo assim a qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenções preventivas e corretivas das instalações públicas, além de proporcionar condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades que compõem nossa missão, dadas as características, o porte, a idade, a diversidade e a complexidade das nossas instalações industriais.

Cordialmente,

Marcos Henrique Silva

SIAPE: 462423

DEMAN - Departamento de Manutenção



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JUNGER AMADEU VIDAURRE, Prestador de Serviço** CPF: **070.768.457-92**, em 17/05/2024, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, Fiscal de Contrato**, em 17/05/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO RAIMUNDO ABRAHAO, Prestador de Serviço**, CPF: **931.332.197-15**, em 21/05/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3870402** e o código CRC **8EC172DF**.

Referência: Processo nº 25386.001806/2023-63

SEI nº 3870402

Anexo II - Ata de Registro de Precos.pdf

Ata de Registro de Preços 80/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
80/2024	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANA PAULA DA ROCHA FRANCO	21/06/2024 09:16 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001303/2024-79

1. Do objeto

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

(BIO-MANGUINHOS)

N.º XXX/2024

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, com sede na Avenida Brasil, 4.365 – Maguinhos – Rio de Janeiro – RJ, na cidade de Rio de Janeiro – RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) seu Diretor, Sr. Maurício Zuma Medeiros, nomeado(a) pela Portaria nº 181 de 24 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 26 de janeiro de 2018, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **90144/2024**, publicada no PNCP de XX/XX/2024, processo administrativo n.º **25386.001303/2024-79**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de CORREIAS; especificados nos itens 33, 42, 44, 51, 69, 76, 77, 78 e 81 Lotes 01 ao 11 do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº **90144/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor:

Endereço completo:

Telefone:

CNPJ:

Inscrição estadual:

Item do TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos.

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta, tendo em vista que o objeto da contratação reflete necessidade especial do órgão.

4.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. Negociação dos preços registrados

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. Condições gerais

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	QuantidadeMínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO ZUMA MEDEIROS

Autoridade competente

Anexo III - Termo de Contrato.pdf

Contrato 121/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
121/2024	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANA PAULA DA ROCHA FRANCO	20/06/2024 14:51 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001303/2024-79

1. TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 25386.25386.001303/2024-79)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024, QUE FAZEM ENTRE SI FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ ATRAVÉS DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS) E

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019 /1966 e do Decreto nº 66.624/1970, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.932 de 14/12/2016, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" da Lei nº 7.596/1987, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, através do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS), inscrito no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado pelo por seu Diretor MAURÍCIO ZUMA MEDEIROS, designado pela Portaria do Ministro da Saúde nº 181 de 24/01/2018, publicada no DOU, Seção 2, de 26/01/2018, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 172, de 30/03/2022, da Sra. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 1, publicada em 01/08 /2022, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25386.001303/2024-79 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº. **90144/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a eventual aquisição de CORREIAS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

LOTE 01:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
1	35725	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26;714MM;APL FANCOIL	UN	35
2	35726	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-27;739MM	UN	30
52	38069	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-16;437MM;APL FANCOIL	UN	25
53	38071	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-22;612MM;APL FANCOIL	UN	30
54	38072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-24;663MM;APL FANCOIL	UN	25
56	38417	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-23;638MM;APL FANCOIL	UN	30
57	38418	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-25;688MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 02:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
3	35732	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-38;1019MM	UN	30
4	35739	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-39;1044MM;APL FANCOIL	UN	30
45	37220	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-31;841MM;APL FANCOIL	UN	25
46	37221	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-34;917MM;APL FANCOIL	UN	30
47	37222	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-32;866MM;APL FANCOIL	UN	30
55	38074	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-35;942MM;APL FANCOIL	UN	25

LOTE 03:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
5	35740	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-40;1069;APL FANCOIL	UN	25
6	35741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-41;1095	UN	10
7	35742	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-42;1120;APL FANCOIL	UN	6
8	35743	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-43;1146MM;APL FANCOIL	UN	30
9	35744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-44;1171MM;APL FANCOIL	UN	30
10	35745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45;1196MM;APL FANCOIL	UN	48
11	35746	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-46;1222MM;APL FANCOIL	UN	30
12	35748	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-48;1273MM;APL FANCOIL	UN	30
13	35749	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-49;1298MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 04:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
14	35750	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-50;1323MM;APL FANCOIL	UN	30
15	35751	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-53;1400MM;APL FANCOIL	UN	30
16	35752	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-54;1425MM;APL FANCOIL	UN	10
17	35753	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-55;1450MM;APL FANCOIL	UN	30
18	35754	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-57;1501MM;APL FANCOIL	UN	30
19	35755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-58;1527MM;FANCOIL	UN	30
58	38419	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-51;1349MM;APL FANCOIL	UN	25
59	38420	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-52;1374MM;APL FANCOIL	UN	25
60	38421	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-56;1476MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 05:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
20	35758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-60;1557MM;FANCOIL	UN	30
21	35760	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-62;1628MM;APL FANCOIL	UN	30
22	35762	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-67;1755MM;APL FANCOIL	UN	30

23	35763	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-68;1781MM;APL FANCOIL	UN	30
48	37223	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-63;1654MM;APL FANCOIL	UN	30
49	37224	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-64;1679MM;APL FANCOIL	UN	30
61	38422	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-65;1704MM;APL FANCOIL	UN	25

LOTE 06:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
24	35765	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-79;2060MM;APL FANCOIL	UN	15
25	35766	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-80;2085MM;APL FANCOIL	UN	30
26	35768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-89;2314MM;APL FANCOIL	UN	20
62	38424	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-70;1831MM;APL FANCOIL	UN	30
63	38425	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-71;1857MM;APL FANCOIL	UN	30
64	38436	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-84;2187MM;APL FANCOIL	UN	30
65	38448	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-99;2568MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 07:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
27	35790	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-60;1598MM;APL FANCOIL	UN	2
28	35795	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-71;1877MM;APL FANCOIL	UN	5
66	39741	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-25;709MM;APL FANCOIL	UN	30
67	39744	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-32;886MM;APL FANCOIL	UN	30
68	39745	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-33;912MM;APL FANCOIL	UN	30
70	39758	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-61;1623MM;APL FANCOIL	UN	30
71	39764	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-72;1902MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 08:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
29	35803	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-80;2106MM;APL FANCOIL	UN	30
30	35805	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-85;2233MM;APL FANCOIL	UN	30
31	35810	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-100;2614MM;APL FANCOIL	UN	30
72	39767	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-81;2131MM;APL FANCOIL	UN	30
73	39768	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-82;2156MM;APL FANCOIL	UN	30
74	39821	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-93;2436MM;APL FANCOIL	UN	30
75	39825	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-99;2588MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 09:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
32	35818	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V1320;3353MM;APL FANCOIL	UN	30
34	35821	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V265;673MM;APL FANCOIL	UN	30
35	35822	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V280;711MM;APL FANCOIL	UN	30
36	35823	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V300;762MM;APL FANCOIL	UN	30
37	35824	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V315;800MM;APL FANCOIL	UN	30
38	35825	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V335;851MM;APL FANCOIL	UN	30
39	35827	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V375;953MM;APL FANCOIL	UN	30
40	35828	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V400;1016M;APL FANCOIL	UN	10
41	35829	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V425;1080M;APL FANCOIL	UN	20

LOTE 10:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
43	35837	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX 375;953MM;APL FANCOIL	UN	10
50	37227	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX400;1016MM;APL FANCOIL	UN	30

LOTE 11:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
79	56378	CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;225L;6MM	UN	18
80	56380	CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;187L;6MM	UN	60

ITENS:

Item	Item Bio	Material	Unid	Qtd
33	35820	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V250;635MM;APL FANCOIL	UN	30
42	35834	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5V;5V1000;2540MM;APL FANCOIL	UN	25
44	35841	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO AX;AX45;1173MM;APL FANCOIL	UN	15
51	37228	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX850;2159MM;APL FANCOIL	UN	30
69	39755	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-56;1496MM;APL FANCOIL	UN	30
76	39987	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5VX;5VX600;1524MM;APL FANCOIL	UN	30
77	42290	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO SUPER HC;3VX-630;APL TORRE 16/17	UN	30
78	49072	CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO-3V;3V290;737MM;APL FAC130	UN	10
81	59471	CORREIA,TRAPEZOIDAL;V;DENTADA;3VX630	UN	1

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (Sessenta)** dias,contados a partir do pedido da FIOCRUZ/BIO-MANGUINHOS, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e por meio de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA / IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.1.1. A administração avaliou que os objetos desta aquisição não são complexos e enquadram-se na classificação de bens comuns. Por esse motivo, optou pela não exigência da garantia contratual uma vez que aumentaria o valor contratado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. compensatória de 8% (oito por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11.12. Serão observados os termos a Portaria nº 150/2019-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no âmbito da Fiocruz.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

16.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas ao SICAF, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, em XX/XX/2024, anexadas aos autos do processo nº **25386.001303/2024-79**.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal cidade do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

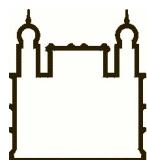
2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO ZUMA MEDEIROS

Autoridade competente

**Anexo IV - Especificacao complementar - CORREIAS.
pdf**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Especificações:

Item : 1

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26;714MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26
COMPRIMENTO EFETIVO: 714MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 28 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 2

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-27;739MM
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-26
COMPRIMENTO EFETIVO: 739MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 29 POLEGADAS

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 3

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-38;1019MM
SUBSTITUÍDO PELO ITEM 49087.

ITEM OBSOLETADO CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO. PARA VISUALIZAR O MOTIVO, CLIQUE NO ÍCONE ANEXO, ONDE DEVE SER DIGITADO "35732 OBSOLETAR". CLICAR NA SETA AO LADO DIREITO DO CAMPO DOCUMENTO ANEXO E DEPOIS VISUALIZA.
(RAFAELA DE OLIVEIRA, EM 24/07/2023)

CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-38
COMPRIMENTO EFETIVO: 1019MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 40 POLEGADAS

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

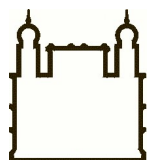
Item : 4

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-39;1044MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-39
COMPRIMENTO EFETIVO: 1044MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 41 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 5

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-40;1069;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-40
COMPRIMENTO EFETIVO: 1069MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 42 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 6

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-41;1095
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-41
COMPRIMENTO EFETIVO: 1095MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 43 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 7

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-42;1120;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-42
COMPRIMENTO EFETIVO: 1120MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 44 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 8

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-43;1146MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-43
COMPRIMENTO EFETIVO: 1146MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 45 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

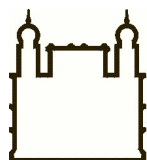
Item : 9

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-44;1171MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-44
COMPRIMENTO EFETIVO: 1171MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 46 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 10

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45;1196MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-45
COMPRIMENTO EFETIVO: 1196MM



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

COMPRIMENTO EFETIVO: 47 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 11

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-46;1222MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-46
COMPRIMENTO EFETIVO: 1222MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 48 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 12

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-48;1273MM;APL FANCOIL
SUBSTITUÍDO PELO ITEM 49089.
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-48
COMPRIMENTO EFETIVO: 1273MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 50 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 13

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-49;1298MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-49
COMPRIMENTO EFETIVO: 1298MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 51 POLEGADAS.
APLICAÇÃO FANCOIL

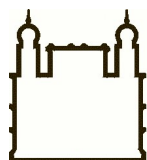
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 14

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-50;1323MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-50
COMPRIMENTO EFETIVO: 1323MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 52 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Item : 15

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-53;1400MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-53
COMPRIMENTO EFETIVO: 1400MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 55 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 16

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-54;1425MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-54
COMPRIMENTO EFETIVO: 1425MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 56 POLEGADAS

Item : 17

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-55;1450MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-55
COMPRIMENTO EFETIVO: 1450MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 57 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 18

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-57;1501MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-57
COMPRIMENTO EFETIVO: 1501MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 59 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

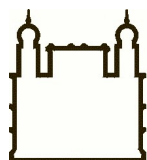
Item : 19

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-58;1527MM;FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-58
COMPRIMENTO EFETIVO: 1527MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 60 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 20

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-60;1557MM;FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-60
COMPRIMENTO EFETIVO: 1577MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 62 POLEGADAS



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 21

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-62;1628MM;APL FANCOIL

CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-62

COMPRIMENTO EFETIVO: 1628MM

COMPRIMENTO EFETIVO: 64 POLEGADAS

APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 22

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-67;1755MM;APL FANCOIL

CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-67

COMPRIMENTO EFETIVO: 1755MM

COMPRIMENTO EFETIVO: 69 POLEGADAS

APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 23

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-68;1781MM;APL FANCOIL

CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-68

COMPRIMENTO EFETIVO: 1781MM

COMPRIMENTO EFETIVO: 70 POLEGADAS

APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 24

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-79;2060MM;APL FANCOIL

CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-79

COMPRIMENTO EFETIVO: 2060MM

COMPRIMENTO EFETIVO: 81 POLEGADAS

APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);

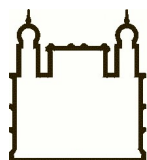
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 25

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-80;2085MM;APL FANCOIL

CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-80



Ministério da Saúde

Fiocruz

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

COMPRIMENTO EFETIVO: 2085MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 82 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 26

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-89;2314MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-89
COMPRIMENTO EFETIVO: 2314MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 91 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963;

Item : 27

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-60;1598MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-60
COMPRIMENTO EFETIVO: 1598MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 63 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 28

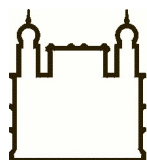
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-71;1877MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-71
COMPRIMENTO EFETIVO: 1877MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 74 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 29

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-80;2106MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-80
COMPRIMENTO EFETIVO: 2106MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 83 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Item : 30

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-85;2233MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-85
COMPRIMENTO EFETIVO: 2233MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 88 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 31

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-100;2614MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-100
COMPRIMENTO EFETIVO: 2614MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 103 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 32

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V1320;3353MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V1320
COMPRIMENTO EFETIVO: 3353MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 132 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 33

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V250;635MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V250
COMPRIMENTO EFETIVO: 635MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 25 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

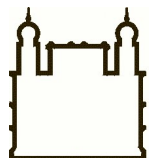
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 34

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V265;673MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V265
COMPRIMENTO EFETIVO: 673MM

COMPRIMENTO EFETIVO: 26,5 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 35

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V280;711MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V280
COMPRIMENTO EFETIVO: 711MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 28 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 36

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V300;762MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V300
COMPRIMENTO EFETIVO: 762MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 30 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 37

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V315;800MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V315
COMPRIMENTO EFETIVO: 800MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 31,5 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 38

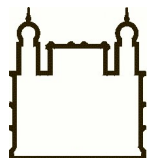
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V335;851MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V335
COMPRIMENTO EFETIVO: 851MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 33,5 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 39

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V375;953MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V375
COMPRIMENTO EFETIVO: 953MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 37,5 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 40

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V400;1016M;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V400
COMPRIMENTO EFETIVO: 1016MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 40 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 41

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V425;1080M;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3V;3V425
COMPRIMENTO EFETIVO: 1080MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 42,5 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 42

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5V;5V1000;2540MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5V;5V1000
COMPRIMENTO EFETIVO: 2540MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 100 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

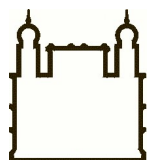
Item : 43

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX 375;953MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX 375
COMPRIMENTO EFETIVO: 953MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 37,5 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 44

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO AX;AX45;1173MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO AX;AX45
COMPRIMENTO PRIMITIVO: 1173MM
COMPRIMENTO INTERNO: 1143MM
APLICAÇÃO FANCOIL



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 45

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-31;841MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-31
COMPRIMENTO EFETIVO: 841MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 33 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA
ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR

Item : 46

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-34;917MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-34
COMPRIMENTO EFETIVO: 917MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 36 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA
ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR

Item : 47

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-32;866MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-32
COMPRIMENTO EFETIVO: 866MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 34 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA

ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR

Item : 48

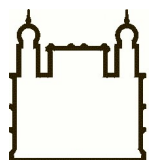
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-63;1654MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-63
COMPRIMENTO EFETIVO: 1654MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 65 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA
ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR

Item : 49

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-64;1679MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-64
COMPRIMENTO EFETIVO: 1679MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 66 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA
ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos
Bio-Manguinhos

Item : 50

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX400;1016MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX; 3VX400
COMPRIMENTO EFETIVO: 1016MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 40 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA
ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR

Item : 51

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX;3VX850;2159MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 3VX; 3VX850
COMPRIMENTO EFETIVO: 1016MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 85 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER À EXIGÊNCIA DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA
ATENDER À EXIGÊNCIA DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR

Item : 52

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-16;437MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-16
COMPRIMENTO INTERNO: 407MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 437MM
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 53

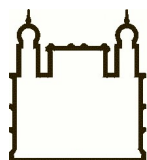
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-22;612MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-22
COMPRIMENTO EFETIVO: 612MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 24 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 54

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-24;663MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-24
COMPRIMENTO EFETIVO: 663MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 26 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Item : 55

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-35;942MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-35
COMPRIMENTO EFETIVO: 942MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 37 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE CONDUTIVIDADE ESTÁTICA CONFORME NORMA RMA (RUBBER
MANUFACTURERS ASSOCIATION);
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A ÓLEO E CALOR CONFORME NORMA RMA;
ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DA NORMA ABNT NBR 14963

Item : 56

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-23;638MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-23
COMPRIMENTO INTERNO: 617MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 638MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 57

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-25;688MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-25
COMPRIMENTO INTERNO: 668MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 688MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 58

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-51;1349MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-51
COMPRIMENTO INTERNO: 1328MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 1349MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 59

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-52;1374MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-52
COMPRIMENTO INTERNO: 1354MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 1374MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 60

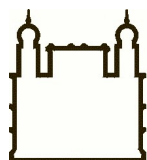
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-56;1476MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-56
COMPRIMENTO INTERNO: 1455MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 1476MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 61

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-65;1704MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-65
COMPRIMENTO INTERNO: 1684MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 1704MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 62

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-70;1831MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-70
COMPRIMENTO INTERNO: 1811MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 1831MM



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 63

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-71;1857MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-71
COMPRIMENTO INTERNO: 1836MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 1857MM

APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 64

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-84;2187MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-84
COMPRIMENTO INTERNO: 2167MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 2187MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 65

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-99;2568MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO A;A-99
COMPRIMENTO INTERNO: 2548MM
COMPRIMENTO EXTERNO: 2568MM
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 66

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-25;709MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-25
COMPRIMENTO EFETIVO: 709MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 28 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 67

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-32;886MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-32
COMPRIMENTO EFETIVO: 886MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 35 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 68

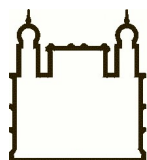
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-33;912MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-33
COMPRIMENTO EFETIVO: 912MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 36 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 69

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-56;1496MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-56
COMPRIMENTO EFETIVO: 1496MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 59 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 70

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-61;1623MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-61
COMPRIMENTO EFETIVO: 1623MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 64 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

Item : 71

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-72;1902MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-72
COMPRIMENTO EFETIVO: 1902MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 75 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 72

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-81;2131MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-81
COMPRIMENTO EFETIVO: 2131MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 84 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 73

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-82;2156MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-82
COMPRIMENTO EFETIVO: 2156MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 85 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 74

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-93;2436MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-93
COMPRIMENTO EFETIVO: 2436MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 96 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 75

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-99;2588MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO B;B-99
COMPRIMENTO EFETIVO: 2588MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 102 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 76

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5VX;5VX600;1524MM;APL FANCOIL
CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO 5VX; 5VX600
COMPRIMENTO EFETIVO: 1524MM
COMPRIMENTO EFETIVO: 60 POLEGADAS
APLICAÇÃO FANCOIL

Item : 77

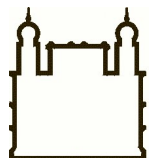
Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL, TIPO SUPER HC;3VX-630;APL TORRE 16/17
CORREIA TRAPEZOIDAL
TIPO: SUPER HC;
MODELO: 3VX-630;
APLICAÇÃO: TORRE 016 E 017

Item : 78

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;TIPO-3V;3V290;737MM;APL FAC130
CORREIA TRAPEZOIDAL; TIPO 3V; 3V 290;
COMPRIMENTO EFETIVO: 737MM;
APLICAÇÃO: FAC130 - FANCOIL/CHP/UTA2.27

Item : 79

Material: CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;225L;6MM
CORREIA SINCRONIZADORA; 225 L;
EM POLIURETANO COM AÇO;



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos

DE 6MM;

APLICAÇÃO: ROL024 - CARRINHO PARA GARRAFA ROLLER

Item : 80

Material: CORREIA,SINCRONIZADORA;PU;187L;6MM

CORREIA SINCRONIZADORA; 187 L;

EM POLIURETANO COM AÇO;

DE 6MM;

APLICAÇÃO: ROL024 - CARRINHO PARA GARRAFA ROLLER

Item : 81

Material: CORREIA,TRAPEZOIDAL;V;DENTADA;3VX630

CORREIA TRAPEZOIDAL; EM V; DENTADA; 3VX630;

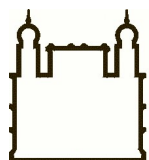
MATERIAL: BORRACHA;

LARGURA: 10 MM (3/8");

ALTURA: 8 MM (21/64");

COMPRIMENTO: 1600 MM (63");

APLICAÇÃO: TOR017 - TORRE DE RESFRIAMENTO.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia
em Imunobiológicos

Bio-Manguinhos